



**DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

ISABEL NACHIVUNDA CAPITÃO CAFURICA

**PROMOÇÃO DE PRÁTICAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS
ENTIDADES TRADICIONAIS NA PRESERVAÇÃO DOS HÁBITOS E
COSTUMES DO MUNICÍPIO DA CAÁLA DE 2010 A 2023**

ISABEL NACHIVUNDA CAPITÃO CAFURICA

**PROMOÇÃO DE PRÁTICAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS
ENTIDADES TRADICIONAIS NA PRESERVAÇÃO DOS HÁBITOS E
COSTUMES DO MUNICÍPIO DA CAÁLA DE 2010 A 2023**

Trabalho de Fim do Curso apresentado ao Departamento de Ensino e Investigação em História do Instituto Superior Politécnico da Caála, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: lic. Dinis sakambela pessela

CAÁLA/2023

Aos meus pais e toda a minha família!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao eterno Deus todo-poderoso pelo fôlego da vida e por permitir a realização deste trabalho, aos meus pais, esposo, filhos e irmãos, pela multifacetada ajuda solidariedade, compreensão e apoio moral para a realização deste trabalho;

Em segundo lugar, ao corpo docente desta Instituição que ao longo da nossa formação dedicaram seu tempo e saber para que hoje este trabalho se tornasse uma realidade, não podendo mencionar todos, indico representativamente o meu dedicado orientador Dr. Dinis Sakambela Pessela.

A todos aqueles que directa ou indirectamente deram um pouco de si ao longo da nossa jornada académica, profunda gratidão!

RESUMO

O presente trabalho de final do curso refere-se na abordagem da " promoção de práticas para a valorização das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála, província do Huambo de 2010 à 2023." O mesmo está estruturado por uma introdução quatro capítulos, conclusão, referências, apêndices e anexos. No primeiro capítulo procuramos apresentar os fundamentos dos principais termos relacionados ao tema em abordagem, bem como, fez-se a caracterização geográfica do município da Caála (Huambo), e mediante um inquérito fez-se a colecta de informações que nos serviram de bases para construção dos resultados e discussões inerentes ao tema. Pretendemos assim criar um modelo de actuação que possa servir de base para os municípios da Caála particularmente os estudantes de História. O nosso interesse é ainda poder contribuir na base material de estudo desta instituição e noutras no que diz respeito a valorização das entidades tradicionais na preservação de hábitos e costumes.

Palavras-chave: Entidades Tradicionais; Hábitos e Costumes.

ABSTRACT

The present work of end of the course refers in the approach of the "promotion of practices for the valorization of the traditional entities in the preservation of the habits and habits of the municipal district of Caála, province of Huambo of 2010 at 2023 o'clock. " The same is structured by an introduction four chapters, conclusion, references, appendixes and enclosures. In the first chapter we tried to present the foundations of the main ones have related to the theme in approach, as well as, it was made the geographical characterization of the municipal district of Caála (Huambo), and by an inquiry it was made the colecta of information that served us of bases for construction of the results and inherent discussions to the theme. We intended like this to create an actuação model that can serve particularly of base for the municípios of Caála the students of History. Our interest is still to contribute in the material base of study of this institution and in other in what he/she tells respect the valorization of the traditional entities in the preservation of habits and habits.

Word-key: Traditional entities; Habits and Habits.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 GERAL:	15
1.2 ESPECÍFICOS	15
1.3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO.....	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	16
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA CAÁLA	16
2.1.1 Situação Geográfica	16
2.1.2 Situação demográfica	16
2.1.3 Definição de termos e conceitos.....	16
2.2 ENTIDADES TRADICIONAIS	17
2.3 Razões da institucionalização do Poder Tradicional	18
2.4 HÁBITOS E COSTUMES	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 MÉTODOS APLICADOS	23
3.1.1 Métodos teóricos	24
3.1.2 Métodos práticos	25
4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
5. PROPOSTA DE SOLUÇÃO.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A – INQUÉRITO POR ENTREVISTA USADO AO LONGO DAS INVESTIGAÇÕES DO TEMA.....	36
ANEXO A – ONDJANGO MODERNO DA OMBALA DO MBALUNDU (BAILUNDO – HUAMBO)	39
ANEXO B – SOBAS DAS LUNDAS E SEUS RESPECTIVOS TRAJES	40

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho pretendemos reflectir sobre a promoção de práticas para a valorização das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do Município da Caála de 2010 a 2023, visto que as entidades tradicionais trazem consigo a conotação de guardiãs do acervo histórico de um povo.

O sentido dinâmico da vida acarreta consigo complexos desafios que sugerem ao homem, enquanto ser predisposto à sociabilidade e socialização, a se adaptar e se readaptar de tempo em tempo, a tornar-se cada vez mais globalizado com a evolução das tecnologias, etc. Se por um lado o tornar-se mais globalizado ajuda o homem a ter uma visão de mundo mais holística, por outro, constitui-se ou pode constituir-se numa verdadeira ameaça à preservação dos hábitos e costumes autóctones, porquanto, não raras vezes, vemos pessoas de todos os estratos sociais e etários assimilando desmedidamente preceitos culturais ocidentais e desvalorizando os seus, acabando, contudo, por cair no fenómeno de aculturação. Assim, diante deste risco iminente de vermos desaparecer os nossos hábitos e costumes por causa da desvalorização da nossa cultura, com a intenção de, enquanto historiadora, dar algum contributo para a valorização daqueles que nos podem servir de garante da preservação dos nossos hábitos e costumes como angolanos e, mormente, como munícipes da Caála, escolhemos esse tema.

Na busca de soluções para as causas constantes que justificam a desvalorização das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes no Município da Caála, levantaram-se as seguintes **situações problemáticas**:

- a) A cada dia que passa é menos visível o valor das entidades tradicionais, como garantes dos hábitos e costumes característicos aos munícipes da Caála;
- b) O valor das entidades tradicionais, hoje em dia, apenas prevalece nas zonas rurais, periféricas;
- c) A aculturação exerce uma grande influência negativa para a desvalorização das entidades tradicionais como guardiãs dos hábitos e costumes do município da Caála.

Com base na situação problemática levantou-se o seguinte **problema de investigação**: Por que razão não se dá o devido valor às entidades tradicionais enquanto guardiãs dos hábitos e costumes do município da Caála?

Para dar resposta ao problema de investigação determinaram-se os seguintes Objectivos:

1.1 Geral:

Compreender o valor das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála.

1.2 Específicos

- a) Fundamentar teoricamente sobre o valor das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála;
- b) Indicar o valor das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála;
- c) Promover práticas para a valorização das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála.

1.3 Contribuição do trabalho

Uma vez que, nos dias de hoje, se esteja a verificar a figura das entidades tradicionais a ser banalizada, como contribuição do presente trabalho, pretendemos criar um conjunto de acções – sobre as quais falaremos no último capítulo do nosso trabalho – que intervenham positivamente contra a desvalorização dessas figuras. Contudo, esse intento só será alcançado com um esforço conjunto entre as entidades governamentais, instituições do Estado e demais lugares de formação tradicional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Caracterização do município da Caála

2.1.1 Situação Geográfica

Localizado na parte central da província do Huambo, o município da Caála tem como limites a norte o município da Ecuinha, a leste o município do Huambo, a sul o município de Chipindo e a oeste os municípios de Longonjo e Caconda.

O município é constituído pela comuna sede, correspondente a cidade da Caála e pelas comunas do Cuima, Calenga e Catata.

Forma com a cidade do Huambo e Ecuinha uma grande área conurbada, a virtual Região Metropolitana do Huambo.

Com uma extensão territorial de aproximadamente 3.680, o que corresponde a 10% da superfície total da província do Huambo.

2.1.2 Situação demográfica

De acordo com os resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de 2014, que define o crescimento da população anual de 3,5%, a Caála possui uma população estimada em 331.023 de habitantes, representando 14% da população da província, dos quais 146.643 representa a população economicamente activa. (ADM-Caála 2019)

2.1.3 Definição de termos e conceitos

A lei constitucional de 1992, já fazia referência ao poder local, “sendo a organização do estado a nível local compreendendo a existência de autarquias locais e outros órgãos administrativos locais” (Artigo 145º da CRA). Relativamente ao vocabulário “local”, vai ser entendido no sentido da delimitação territorial ou espacial, onde as entidades autónomas desenvolvem as suas actividades, de acordo com a divisão administrativa em vigor no país. Poder local pode ser definido em duas vertentes: do ponto de vista teórico, o poder local é aquele que nasce num local, o poder que emana do povo e não um poder imposto no local.

De acordo com Poulson (2009) o Estado não é poder imposto no local. Do ponto de vista prático: o poder local é a representação do Estado no local (exemplo, as administrações municipais e outros serviços ministeriais).

Nesta ordem de ideias, podemos retirar as seguintes consequências, que deverão pautar a aplicação da lei: - O poder local é originário por ser anterior ao Estado ou até mesmo desenvolver-se fora dele. Refira-se ao poder tradicional é igualmente uma manifestação do poder local. É exequível que, para ser considerado poder local é necessário um reconhecimento extra-estadual, sendo verdade que após este reconhecimento o poder tradicional se funcionaliza no plano jurídico-público, ou seja, se ergue como um verdadeiro poder público. Por isso é importante este reconhecimento constitutivo. – O poder local é exercido através de órgãos descentralizados, de instituições e isto quer dizer que se optou por uma concepção ampla do poder local para abranger as autarquias locais (órgãos descentralizados administrativa e territorialmente), o poder tradicional e outras formas de participação democrática das populações, como as comissões de moradores.

2.2 Entidades Tradicionais

2.2.1 A constitucionalização do poder tradicional

Por uma razão muito simples seria difícil falarmos das normas costumeiras sem fazermos referência as entidades que no seu dia-a-dia aplicam tais normas ou são a base de criação destas mesmas normas. Daí, e com razão, o reconhecimento do costume ter sido em simultâneo com o poder Tradicional.¹

O poder Tradicional integra o poder local nos termos do art. 213º da Constituição da República de Angola:

- a) A organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local, nos termos da presente Constituição.

¹ João Valeriano, 2018, p.16

- b) As formas organizativas do poder local compreendem as Autarquias Locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, nos termos da lei.

A consagração constitucional do Costume e do Poder Tradicional constitui um prenúncio para a concretização de um Estado Democrático de Direito tal como preceituado no art. 2º da CRA:

- a) A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.
- b) A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas.

2.3 Razões da institucionalização do Poder Tradicional

Apesar do período conturbado que sucedeu na década de 90 por conta das primeiras eleições, o Governo de Angola saído deste pleito passou a prestar mais atenção às Autoridades Tradicionais, principalmente no campo político, promovendo debates, congressos e demais eventos, com vista ao seu reconhecimento de jure. Assim, houve uma fase preliminar da Institucionalização do Poder Tradicional que assentou em vários debates, a partir da estrutura central e local do Executivo angolano, “com o objectivo de reconhecer o estatuto e dignidade sob o ponto de vista constitucional, reconhecer a comparticipação da autoridade tradicional na melhoria das condições de vida das comunidades, reconhecer o direito consuetudinário, a génese, as hierarquias, as nomenclaturas, linhagens e processos de sucessão, o governo angolano organizou a realização de dois encontros nacionais sobre a autoridade tradicional em Angola”.²

² SANTOS e VAN-DÚNEM, p. 327.

De facto, a diversidade cultural em Angola é uma condicionante na designação do titular do poder tradicional de acordo com a circunscrição territorial e procura dizer que “a esmagadora maioria da população que vive nas zonas rurais angolanas é regida por uma identidade, conhecida hierarquicamente como Osoma e Sekulu na área sociocultural Umbundu; Ntotila, Nkululu e Mfumu (mfumu za makanda, mfumu vata, mfumu ntoto, respectivamente, chefes de linhagens, de aldeia e da terra), na área Kikongo; Mwene, Mwanangana e Mwata, entre os Cômbe; Ohamba, na sociedade e cultura Nyaneka Nkhumbi; Ovambo, Mwene ou Mwangana, respectivamente em Ngangela e Luvale; e Ngana, Dikota ou Mwenexi, na área sociocultural Kimbundu”.³

De acordo Renata Jesus da Costa Apud Ibidem pg. 272, soba: Autoridade suprema de uma comunidade africana. Régulo. Indivíduo de maior preponderância num meio. Chefe de família. O que possui muitas mulheres. O soba por direito de sucessão, além do poder temporal, ainda reúne o espiritual, pelo que, no acto da investidura, se submete a determinadas práticas.

Como dito, o soma era a autoridade máxima entre os Ovimbundu. José Nascimento, em estudo gramatical da língua Umbundu, por exemplo, adverte que alguns nomes na língua bantu, como inakulu e soma, são: “substantivos que designam um título ou ofício e rigorosamente não são pessoas”.⁴O verbete do Dicionário Umbundu Português, por sua vez, caracteriza soma como rei, monarca, régulo, soberano de um reino.⁵Por conseguinte, Oscar Ribas conceitua soma como “autoridade suprema de uma tribo africana”, régulo, o mesmo que soba, entre os povos de língua Kimbundu. Segundo o mesmo autor, soma é uma deturpação do Umbundu osoma.⁶Enquanto que Childs assinala que osoma significa chefe ou rei e que soma é a forma peculiar utilizada para designar essa autoridade.⁷Já no glossário da tese de Neto o soma inene, em conformidade com língua Umbundu, é conceituado como

3 Idem, p.318-319.

4NASCIMENTO, José Pereira do. Gramática do umbundu ou língua de Benguela. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p.63.

5 Dicionário Umbundu Português.

6 RIBAS, Oscar. Dicionário de regionalismos..., op. cit., p. 274-275.

7Comunicação pessoal de Childs apud MCCLLOCH, Merran. The Ovimbundu..., op. cit. p. 29,

uma autoridade com poderes sobre um número de aldeias e de seus respectivos chefes.⁸O soma vivia na ombala (capital) e não era solicitado para resolver pequenas questões cotidianas. Tal incumbência era dos chefes de família ou dos mais velhos.⁹

Os conselheiros do soma eram conhecidos como sékulos, sendo responsáveis por auxiliá-lo na cobrança de impostos, na organização de guerra, assim como na garantia do bom funcionamento do governo de maneira geral.¹⁰

A abordagem sobre questões ligadas ao exercício das autoridades tradicionais é sobretudo, nos atermos à história e, particularmente, aos aspetos consuetudinários e idiossincráticos que constituem a base social e cultural dos grupos, povos ou comunidades. A expressão autoridades tradicionais compreende os indivíduos e instituições de poder político que regulam a organização do modelo de produção social das sociedades tradicionais.¹¹ Debruçando-se sobre a relação Estado e direito tradicional, cujo campo de atuação recai também para Angola e Moçambique, considera como autoridades tradicionais um rótulo politicamente correto adotado para os chefes locais, que por um lado visa a reposição da legalidade histórico-tradicional de entidades anteriormente esquecidas. Por outro, sua aplicação é de certa perspectiva, para o preenchimento de uma posição de intermediários do Estado junto das comunidades locais.¹²

Com base na observância constitucional, o Estado angolano encara as autoridades tradicionais como “entidades que personificam e exerce o poder no seio da respetiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela lei” (art. 224º da CRA).

As autoridades tradicionais devem, observar os mesmos princípios ligados ao poder

8NETO, Maria Conceição. In town and out ..., op. cit. p. 10.

9 É corrente na historiografia a afirmação de que o soma é requisitado para resolver problemas mais graves, ficando a cargo de seus súditos, cuidar de questões do cotidiano. Cf. CHILDS, Gladwyn M. Umbundu Kinship..., op. cit.; FLORÊNCIO, Fernando. No reino da Toupeira..., op. cit.; HASTINGS, Daniel. Ovimbundu Customs and ..., op. cit.; HAMBLY, Wilfred D. The Ovimbundu of..., op. cit.

10 CHILDS, Gladwyn M. Umbundu Kinship..., op. cit.; HAMBLY, Wilfred D. The Ovimbundu of..., op. cit.; HASTINGS, Daniel. Ovimbundu Customs..., op. cit.; HEYWOOD, Linda. Contested Power..., op. cit.; MCCLLOCH, Merran. The Ovimbundu..., op. cit.

11 Florêncio (2010)

12 Guedes e Lopes (2007)

autárquico, como o princípio da representatividade tradicional das autoridades tradicionais. As autoridades tradicionais possuem legitimidade com base no direito costumeiro de cada região.

Assim, há necessidade de uma lei específica e bem enquadrada no direito civil, que regularize a situação das autoridades tradicionais. Nesta conformidade, surge um paradoxo do princípio democrático que nem sempre tem recetividade no direito costumeiro de alguns povos de Angola. Para além da eleição, encontramos, em muitas regiões de Angola, autoridades tradicionais que defendem o princípio da independência como sendo um dos princípios gerais do modelo de poder local autárquico que provém do processo tradicional de sucesso.¹³

Porém, o reconhecimento do modo de proveniência não democrático das autoridades tradicionais resulta precisamente do respeito que o Estado demonstra às autoridades tradicionais, visto que é uma realidade que lhe antecede e que com ela se tenciona conformar.

De acordo com Poulson Apud (Feijó, 2001, p.148) a assimetria do modo de provimento de órgãos administrativo não é privativa do poder tradicional local. De resto, os membros do Governo em Angola (Ministros e Secretários de Estado) providos de forma não democrática (nomeação) possuem poderes administrativos próprios. Em princípio, as autoridades tradicionais exercem, de facto, o seu poder, mas não em conformidade com a divisão administrativa enunciada na lei constitucional, nem com a divisão territorial que existia na era colonial. Como exemplo desta situação, temos caso do soberano das Lundas que até em algumas regiões do Congo é reconhecido, sobretudo em regiões fronteiriças.

O Estado tem feito um reconhecimento das autoridades tradicionais, passando necessariamente por atender a todas as especificidades territoriais, não as “submetendo” ao quadro, eventualmente inadequado, tendo em conta a divisão territorial, para efeitos da administração política e administrativa do Estado (Princípio da legalidade). O poder tradicional está submetido às regras costumeiras e tal facto não se coaduna com o direito positivo, havendo necessidade de ter isto em conta. Procurámos neste capítulo fazer o enquadramento teórico da problemática em causa, da possível relação entre o poder local

13 Feijó, 2001

público e as autoridades tradicionais do município da Caála. Fez-se uma visão panorâmica sobre o tema e, verificou-se que já alguns pesquisadores como Feijó, Pacheco e Poulson abordaram variadas questões do poder local e autoridades tradicionais. Resumiu-se igualmente a questão da evolução histórica do poder local público em Angola; a questão do poder local e a sua relação com o processo constitucional; a questão das autarquias locais e os princípios do poder tradicional, uma vez que estes dois últimos são elementos fundamentais do poder local.

2.4 Hábitos e costumes

Os hábitos e os costumes variam de uma família para outra. Às vezes essas variações se devem à origem das pessoas: ao lugar onde nasceram, à região do país de onde vieram, o contato com outras famílias e outros costumes. A alimentação, o modo de falar, a religião e o jeito de se vestir varia entre as famílias de origens diferentes¹⁴.

De acordo João da Cruz Kundongende (pg. 51) a Educação não formal, define-se como um processo de aprendizagem social que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino onde a criança, o jovem adquire e acumula conhecimentos, através de experiência diária em casa, no trabalho e no lazer. A educação tradicional tem feito cobertura, sobretudo nas comunidades rurais e suburbanas e não raras vezes é notória uma combinação da educação tradicional e da formal. Tenhamos em conta que quanto mais distante do meio urbano, mais eficazmente tem efeitos positivos a educação tradicional, não formal.

Segundo João da Cruz Kundongende Apud Kwononoka, nas comunidades rurais, “a educação tradicional é progressiva e se sujeita ao modo de vida e as actividades de cada região, usando para o efeito o método da oralidade, da imitação e das experiências dos mais velhos”.¹⁵

14Só História 2009-2023

15KWONONOKA, A., “Educação Tradicional e seus valores” in <http://www.opais.net/pt/opais/?det=4407>

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia corresponde a componente primordial para a elaboração de qualquer pesquisa, fundamentada nos métodos específicos ou empíricos. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 14) Afirmam que a aplicação da metodologia se fundamenta nos procedimentos e técnicas a serem observados na construção do conhecimento, evidenciando o seu propósito “comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

(PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 113), definem a abordagem qualitativa e quantitativa como “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório”.

Essa forma de abordagem foi justificando-se tendo em conta a própria natureza dos variados dados colectados e o tratamento necessário para se chegar às conclusões mais realísticas.

A pesquisa descritiva ocorre quando se analisa e correlaciona factos ou fenómenos, sem manipulá-los, a partir de observações.

“As pesquisas descritivas têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das suas características mais significativas, está na utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.”(GIL, 2002, p. 42).

3.1 Métodos aplicados

Atendendo o conceito de metodologia, focado na abertura deste capítulo, é de corroborar com a ideia de Gil (2006, p.26) apud (VIANELLO, p. 39) ao conceituar método como um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Segundo(MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 82), definem método como “o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador”.

Para facilitar o processo de investigação, utilizamos dois grupos de métodos, os teóricos e os práticos.

3.1.1 Métodos teóricos

Análise - síntese são dois processos cognitivos que cumprem funções muito importantes na investigação científica. São utilizados durante todo o processo de investigação com o objectivo de fomentar os fundamentos de toda a informação aprovacionada sobre objecto de estudo durante a revisão bibliográfica, assim como no processamento e interpretação dos dados obtidos como resultado da aplicação dos instrumentos¹⁶.

(PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 27) Fundamentam **método dedutivo**, tendo em conta o entendimento clássico “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica.”

Nessa fundamentação, a relação flui indirectamente na interpretação sobre o método indutivo. **Método indutivo** é um método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 28).

As características da pesquisa documental definindo sua realização na “coleta de documentos escritos ou não”. Considera-se que a análise documental como sendo uma técnica não interactiva, mas é de vital importância como ponto de partida da pesquisa¹⁷.

Histórico – Lógico: os métodos em questão utilizaram-se para nos dar bases da real trajetória dos fenómenos e eventos no decurso da história do tema em estudo, com o intuito de contribuir com os dados necessários para descobrir as leis fundamentais dos fenómenos por meio do método lógico.

16 (HERNÁNDEZ, 2006)

17 (VIANELLO, p. 33)

3.1.2 Métodos práticos

A **observação**, constituindo a técnica mais aplicada durante a pesquisa, fundamenta-se no apreciar de práticas para a valorização das entidades tradicionais, pois permitiu conhecer a existência do problema, o que levou o autor a concordar com (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 189), quando afirma que “a observação é uma técnica de colecta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenómenos que se desejam estudar”.

O **questionário** é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente) (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 108).

Assim permitiu corroborar com a definição de questionário como um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado¹⁸.

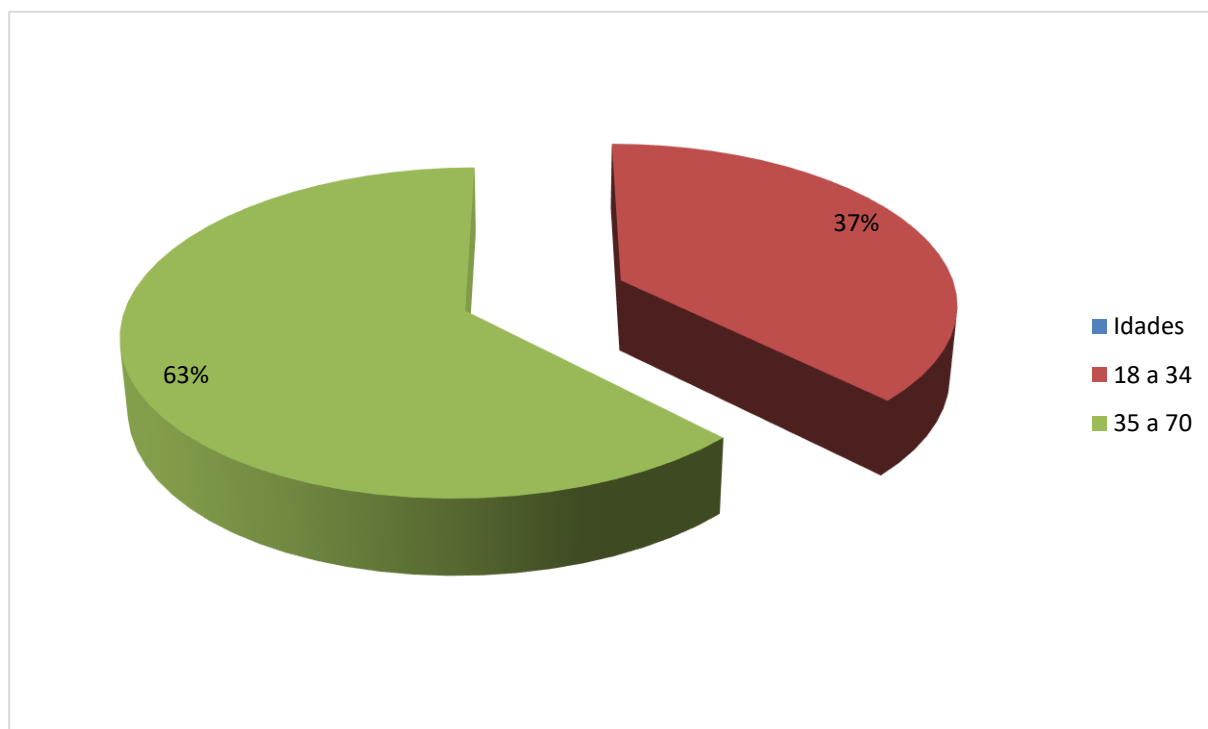
Portanto, é importante salientar que a metodologia empregue nessa pesquisa obteve seus resultados na busca investigativa, tendo em conta, a área delimitada no tema proposto para o seu estudo.

18 GIL (2002)

4. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base ao inquérito que submetemos 37% da população com idades compreendidas entre 18 a 34 anos de idade (jovens) e 63% da população com idades compreendidas entre os 35 a 70 anos de idade (adultos) que constituíram a amostra da nossa área de acção (município da Caála) conforme o gráfico 1 nos mostra abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição de idades da população inquerida



Fonte: (Autor, 2023)

Passamos assim a descrever os seguintes resultados e suas respectivas discussões com base a temática em estudo:

Dos 37% da população com idades compreendidas entre 18 a 34 anos de idade (jovens), os 20% que correspondem ao gênero feminino definiu Poder Tradicional “como o poder representado pelas entidades tradicionais onde a autoridade é pura e simplesmente suportada pela existência de uma fidelidade tradicional”. Enquanto que os 17% que correspondem ao gênero masculino afirmam que “o poder tradicional é um tipo legítimo das sociedades mais antigas e que ainda hoje se verifica, onde se encontra indivíduos dominantes e dominados dentro de uma sociedade baseando, ou seja, estabelecendo regras ou hierarquias. Segundo Max Weber, este poder é a mais antiga forma de dominação; se aceita

o nome de "tradição" e dos níveis de hierarquias, onde o exercício da autoridade se dá através do comando do rei aos súditos, do pai aos filhos dentre outros. O sociólogo acrescenta que a dominação tradicional ocorre devido a factores como: tradição, afectividade, respeito, admiração, crença e até no prazer de ver o Senhor feliz ou satisfeito.

Já os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino definiram Poder Tradicional como o elo do interesse do Estado junto à população, e refere-se à autoridade exercida com base na tradição, costumes e normas estabelecidas ao longo do tempo. Por sua vez os 13% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo masculino definiram Poder Tradicional como a autoridade que os Sobas exercem nas zonas rurais.

Desta forma podemos afirmar que o poder tradicional desde os primórdios esteve associado a formas de governação tradicional onde a classe dos dominados submetia-se à classe dominante atendendo a fidelidade tradicional, respeito, admiração e crenças.

Os 20% que corresponde ao gênero feminino com idades compreendidas entre 18 a 34 anos de idade afirmaram que a relação entre as entidades tradicionais e a administração local está assente nos interesses da colectividade local, ou seja, têm como objectivo a satisfação dos interesses específicos dos cidadãos locais, tendo por base dois princípios fundamentais que são: princípio financeiro e património local. Já os 17% correspondente ao gênero masculino defendem que a relação é baseada num processo colaborativo que visa alavancar os objectivos de uma nação.

Por outra, os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino afirmaram que tal relação entre entidades culturais e a administração local é de cooperação, pois as entidades tradicionais quer queiram quer não, conhecem melhor as localidades controladas por eles e dos problemas que afectam as mesmas, sem esquecer aqueles locais sagrados de extrema importância cultural. Enquanto os 13% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo masculino afirmaram que existe uma boa relação entre a administração local e as entidades tradicionais por ambas serem representantes do povo diante do Estado.

Assim, podemos dizer que as autoridades, ou seja, as entidades tradicionais têm um papel de julgar e agir de forma a prevenir o aparecimento de problemas externos à comunidade. Por outra as entidades tradicionais dão respostas a problemas que as

administrações locais não possuem condições para solucionar, como é o caso de feitiçaria por exemplo. A administração local é exercida por órgãos desconcentrados da administração central e visa, a nível local, assegurar a realização das atribuições e dos interesses específicos da administração do Estado na respectiva circunscrição administrativa, sem prejuízo da autonomia do poder local.

Quanto à relação entre os munícipes e as entidades tradicionais nos dias de hoje, os 20% correspondentes ao gênero feminino com idades compreendidas entre 18 a 34 anos de idade afirmam que se verifica nos dias de hoje o esquecimento alarmante por parte dos munícipes no que diz respeito às autoridades tradicionais. Enquanto os 17% correspondente ao gênero masculino afirmaram que tem se alastrado cada vez mais a distância entre os munícipes e as entidades tradicionais, principalmente na camada urbana, o que tem gerado mera preocupação fruto da ausência dos valores culturais que deveriam ser impostos ou transmitidos nos cidadãos de hoje.

Já os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino afirmaram que tal relação entre munícipes e entidades tradicionais vem reduzindo cada vez mais através da perda dos hábitos e costumes que a sociedade tem registado e tem acarretado consigo o enfraquecimento do poder tradicional. Por sua vez, os 13% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo masculino afirmaram que as relações entre os munícipes e as entidades tradicionais nos dias de hoje, não são tão saudáveis, porque as entidades tradicionais perderam o seu poder devido a modernização.

Desta feita somos a referir que tal decadência relacional entre entidades tradicionais e os munícipes da Caála deve-se primordialmente ao factor globalização que vem contribuindo negativamente na união de ambas as partes, criando tais desprezos ou esquecimento.

Quanto aos hábitos e costumes os 20% correspondente ao gênero feminino com idades compreendidas entre 18 a 34 anos afirmaram que são comportamentos que uma determinada pessoa aprende e repete frequentemente sem pensar como executá-lo, ou seja, é o modo constante de comportar-se e de agir. Os hábitos e costumes variam de família para família. Já os 17% correspondente ao gênero masculino afirmam que hábitos são comportamentos que se incorporam na nossa rotina e vão passando a ser cada vez mais fáceis

e automáticos de executar. São coisas que, a gente se habitua fazendo, ou seja, são atitudes que tomamos quase sem pensar de forma automática; eles são construídos a partir da repetição de tarefas no dia a dia. Costumes são hábitos que, com o passar do tempo, acabam por se tornar prática comum enraizada na cultura social. Variam de acordo com as diferentes sociedades e culturas, e podem estar intrinsecamente relacionados com as tradições e rituais particulares de cada povo.

Por outra, os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino definiram hábitos e costumes como toda acção praticada repetidas vezes por indivíduos da mesma sociedade, chegando mesmo a caracteriza-los. Por sua vez, os 13% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo masculino definiram hábitos como comportamentos aceitáveis apenas por uma determinada família; e costumes como práticas reiteradas e aceitáveis pela comunidade ou estado.

Assim permitiu corroborar com a definição de Costume como regra de conduta criada espontaneamente pela consciência comum do povo, que observa por modo constante e uniforme e sob a convicção de corresponder a uma necessidade jurídica.¹⁹

Quanto ao papel das entidades tradicionais na preservação destes hábitos e costumes no município da Caála, os 20% correspondente ao gênero feminino com idades compreendidas entre os 18 a 34 anos de idade defendem que as entidades tradicionais preservam os hábitos e costumes no município da Caála e ajudam a camada juvenil a pautarem por boas condutas para o desenvolvimento cultural, intelectual e social. Já os 17% correspondente ao gênero masculino afirmam que o papel das entidades chega a ser fundamental na reestruturação e asseguramento de suas tradições, suas crenças, afectividade, com base nas regras estabelecidas por esta comunidade, fazendo com que sejam identificados como um só povo (Ovimbundu).

Já os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino afirmam que o papel das entidades tradicionais na preservação destes hábitos e costumes no município da Caála está assente ao resgate dos hábitos e costumes perdidos ou deixados para trás, mas para se preservar os que ainda possuímos e praticamos é necessário que se dê mais poder e valor as entidades tradicionais, diminuindo intervenções

19 Vicente Rao (1937)

policiais e optando mais na resolução dos problemas da comunidade no tribunal tradicional. Já os 13% correspondente ao gênero masculino afirmam que as entidades tradicionais desempenham um grande papel na preservação dos hábitos e costumes, na transmissão da cultura, com vista a garantir uma sociedade justa e harmoniosa.

Assim podemos afirmar que as autoridades tradicionais possuem um papel preponderante na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála bem como na melhoria das condições de vida das comunidades.

Para que haja maior promoção dos hábitos e costumes do município da Caála segundo os 20% correspondente ao gênero feminino com idades compreendidas entre os 18 a 34 anos de idade, as entidades tradicionais devem ajudar aos jovens a ter um comportamento digno, valorizar a cultura e acima de tudo valorizar as autoridades tradicionais. Enquanto que os 17% correspondente ao gênero masculino afirmam que as entidades tradicionais precisam olhar mais para o passado, e resgatar as actividades praticadas no passado, realizando-as em datas especiais e não só, a fim de mantermos nossas origens e culturas.

Por sua vez, os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino afirmaram que para que haja maior promoção dos hábitos e costumes do município da Caála, as entidades tradicionais devem parar de centralizar o conhecimento daquilo que é a nossa tradição e optar pela divulgação das iguarias da terra, danças, rituais e tudo aquilo que compõem a nossa tradição, sobretudo nas feiras culturais e alusivas ao aniversário do município, contando com total auxílio da administração municipal. Já os 13% correspondente ao gênero masculino defendem que se trata de uma tarefa muito difícil, mas não impossível esta promoção dos hábitos e costumes do município da Caála, e as entidades tradicionais devem reforçar a proximidade com suas comunidades, construir mais Ondjangos para encontros periódicos.

Podemos aqui afirmar que para uma maior promoção dos hábitos e costumes do município da Caála as entidades tradicionais devem lutar para um resgate dos espaços privilegiados para a transmissão dos valores morais e culturais de mais velhos aos mais novos, em estrita colaboração com a administração municipal.

As práticas que um município pode adoptar para a valorização das entidades tradicionais no município da Caála segundo a camada feminina com idades compreendidas

entre 18 a 34 anos de idade que correspondem aos 20% são: respeitar as entidades tradicionais; saber a importância das entidades tradicionais do município. Para a camada masculina correspondente aos 17% as práticas que um munícipe pode adoptar para a valorização das entidades tradicionais são: promoção de danças tradicionais, canções e formas de se vestir em nosso dia a dia.

Por outra, os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino defenderam que o munícipe deve optar por práticas como: respeito pela tradição da sua região e da dos outros; dar reverência devida as entidades tradicionais; fazer o uso devido dos hábitos e costumes da região e deixar de ter vergonha ou receio de exteriorizar sua tradição de forma saudável. Já os 13% correspondente ao gênero masculino defenderam que para a valorização das entidades tradicionais no município da Caála o munícipe deve pôr em conta ou em prática todas as leis costumeiras em vigor.

Desta feita somos a afirmar que para uma maior valorização das entidades tradicionais no município da Caála os munícipes devem pautar: pela aprendizagem da obediência as entidades tradicionais; o respeito; o cuidado a ter com a linguagem quando nos dirigimos às entidades tradicionais e por último, mas não menos importante a socialização com as mesmas entidades tradicionais. O dever de promover a valorização das entidades tradicionais no município da Caála compete à sociedade em geral do município em geral, afirmaram os 20% correspondente ao gênero feminino. Já os 17% correspondente ao gênero masculino afirmaram que compete às administrações locais (Estado), em colaboração com estas entidades tradicionais para juntos caminharem para a valorização das questões tradicionais e culturais.

Enquanto que os 50% da população com idades compreendidas entre 35 a 70 anos de idade do sexo feminino defenderam que o dever de promover a valorização das entidades tradicionais no município da Caála compete à todos os munícipes com auxílio incessante da administração municipal na criação de actividades socio-culturais atraentes e interessantes, sobretudo para a juventude que está consumindo culturas ocidentais e orientais. Já os 13% correspondente ao gênero masculino defenderam que o dever de promover a valorização das entidades tradicionais no município da Caála compete primeiramente às entidades que representam o aparelho do Estado e por último, mas não menos importante a sociedade em geral.

Somos a afirmar desta feita que é de responsabilidade geral promover a valorização das entidades tradicionais, corroborando assim com a ideia que “a educação tradicional em Angola não tem sido suficientemente valorizada do ponto de vista do seu contributo para a construção da cidadania angolana e da identidade cultural. A compreensão da realidade educativa nacional obriga a considerar a interacção dialéctica entre o moderno e o tradicional, ou seja, a articulação entre a educação escolar oficial e a educação tradicional de natureza comunitária.”²⁰

20 SILVA (2011)

5. PROPOSTA DE SOLUÇÃO

A compreensão do valor inalienável das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes dos povos e, neste caso particular, do município da Caála, deve ser vista como um necessário e tangível desafio, não só para as camadas mais jovens, como também para todos aqueles que, de alguma forma, se furtam do dever de conservar fielmente os “bons” costumes e transmiti-los às gerações com o necessário zelo e cuidado.

Assim, entendemos que, para uma melhor valorização das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála, devemos cumprir os seguintes passos:

1. Enquanto mãe pretendo transmitir aos meus filhos o mínimo que dos meus pais recebi como valor, e inculcar neles uma consciência sensível ao respeito das nossas tradições; enquanto professora, garantir que as nossas sessões lectivas sejam sempre um pretexto para partilharmos, com os alunos, o essencial sobre os nossos hábitos e costumes, como munícipes da Caála;

2. No meu bairro, pretendo influenciar positivamente as entidades tradicionais de modo a recriarem a verdadeira imagem e função dos “ondjango” – enquanto espaços de diálogo, de transmissão de saberes e valores culturais que concorrem para a formação integral dos jovens e não só;

3. Pretendemos, igualmente, promover encontros regulares com a camada mais jovens da zona onde resido, com o objectivo de discutirmos, debatermos sobre o resgate da nossa moral cultural através das nossas entidades tradicionais, por formas a redespertarmos a mística e a veneração que as nossas instituições tradicionais sempre tiveram até antes do segundo decénio da década de 2000;

4. Criar um centro de sensibilização e formação virado para a promoção e divulgação das autoridades tradicionais, para a preservação e valorização das mesmas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos as questões mais importantes relacionadas com a valorização das entidades tradicionais na preservação dos hábitos e costumes do município da Caála. É de vital importância coordenar e promover práticas para que haja uma elevada valorização das entidades tradicionais, já que elas são ou representam o garante e preservação dos hábitos e costumes de qualquer cultura.

Somos a realçar também que o presente trabalho sirva de um lembrete à sociedade em geral do município da Caála no que diz respeito ao resgate de nossos hábitos e costumes que tendem a decair cada vez mais, bem como, o respeito pelas entidades tradicionais que não se nota sequer nos dias actuais, tanto pelos governantes a sociedade e principalmente pelos próprios representantes do poder tradicional. Desta feita, recomendamos que haja continuidade da presente temática com estudos ainda mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

CONCEITO, E. E. (31 de Agosto de 2020). Obtido em 15 de Abril de 2023

COSTA, R. J. (2014). Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930). Brasília.

DICIONÁRIO Online de Português. (2009-2023).

GIL. (2002).

HISTÓRIA, S. (2009). <http://www.sohistoria.com.br/ef1/quemsou/p3.php>. Obtido em 08 de Abril de 2023

KUNDONGENDE, J. d. (2013). Crise e resgate dos valores morais, cívicos e culturais na sociedade angolana. Huambo: Ministério da Educação.

MARCONI, & Lakatos. (2003).

PRODANOV, & Freitas. (2013).

SANTOS, Boaventura de Sousa e José Octávio Serra Van-dúnem, op. Cit., p.327.

SILVA, E. A., Educação no meio rural em Angola, CIE, Braga, 2011.

APÊNDICE A – INQUÉRITO POR ENTREVISTA USADO AO LONGO DAS INVESTIGAÇÕES DO TEMA.

Inquérito por Entrevista

Este inquérito faz parte do leque de coleta de dados para sustento do trabalho de conclusão da licenciatura em História, no Instituto Superior da Caála.

Agradecemos que colabore respondendo as perguntas, pois nos é de extrema importância.

1 – Já ouviu falar de Entidade Tradicional? Sim Não

2 – O que entendes por Poder Tradicional?

R: _____

3 – Como é a relação das Entidades Tradicionais com a Administração Local?

R: _____

4 – Como é a relação das Entidades Tradicionais com o cidadão/munícipe de hoje?

R: _____

5 – O que entendes por hábitos e costumes?

R: _____

6 – Qual é sua análise comparativa relativamente aos hábitos e costumes do município da Caála de 2010 a 2023?

R: _____

7 – Qual é o papel das Entidades tradicionais na preservação destes hábitos e costumes no município da Caála?

R: _____

8 – O que as Entidades tradicionais devem fazer para que haja maior promoção dos hábitos e costumes do município da Caála?

R: _____

9 – Quais são as práticas que um munícipe pode adoptar para valorização das Entidades Tradicionais no município da Caála?

R: _____

10 – Na sua óptica a quem compete o dever de promover a valorização das entidades tradicionais no município da Caála?

R: _____

**ANEXO A – ONDJANGO MODERNO DA OMBALA DO MBALUNDU
(BAILUNDO – HUAMBO)**



Fonte: Google Photos

ANEXO B – SOBAS DAS LUNDAS E SEUS RESPECTIVOS TRAJES



Fonte: Google Photos